

Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional

Viviane Inês Weschenfelder¹  0000-0002-8410-4258

Elí Terezinha Henn Fabris¹  0000-0002-3622-0289

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil. CEP 93022-750 – atendimento@unisinos.br



Resumo: No artigo visa-se à compreensão de como se articula e quais os efeitos do processo de subjetivação identitária produzido por mulheres negras contemporâneas que narram suas experiências de vida no blog *Blogueiras Negras*. Para o estudo foram selecionadas narrativas autobiográficas publicadas neste espaço interseccional. A análise parte de algumas chaves de leitura fornecidas por Michel Foucault e de outros(as) autores(as) que se agregam ao pensamento pós-estruturalista. O movimento de tornar-se mulher negra evidencia processos de sujeição e subjetivação que ocorrem através de um trabalho de si que é ético e político. A partir de sua identificação com a negritude e com o Feminismo Negro, as autoras estabelecem outras formas de relacionar-se consigo e com os outros (negras/os e brancas/os), o que vem produzindo novos contornos às relações étnico-raciais brasileiras. **Palavras-chave:** mulheres negras; escritas de si; processo de subjetivação identitária; negritude; Feminismo Negro.

Becoming Black Woman: Self-writing in an Intersectional Place

Abstract: The article seeks to understand how the identity subjectivation process produced by contemporary Black women who tell their life experiences in the blog *Blogueiras Negras* articulates and which are its effects. For the study, autobiographic narratives published in this intersectional place were selected. The analysis starts from some reading keys provided by Michel Foucault and other authors that join the post-structuralist thought. The movement of becoming Black women shows subjection and subjectivation processes that happen through an ethical and political self-work. As from the identification with the Blackness and with the Black Feminism, the writers establish other ways of relation with themselves and with others (Black women/men and White women/men), which have been producing new outlines to Brazilian ethnic-racial relations.

Keywords: Black women; Self-writing; Identity subjectivation process; Blackness; Black Feminism.

Narrar sua história, narrar a si mesma: uma introdução

Escrever é, portanto, “se mostrar”, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro.
(Michel FOUCAULT, 2004a, p. 156)

Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua auto-inscrição no interior do mundo. (Conceição EVARISTO, 2007)

Uma explosão de sentimentos e de questionamentos à primeira vista. O contato com os textos produzidos por mulheres negras no blog *Blogueiras Negras* (BN) foi intenso desde o primeiro momento, em 2014. Na busca por produções que possibilitassem compreender como os sujeitos¹ afrodescendentes² têm conduzido suas vidas diante das mudanças visualizadas nas últimas

¹ O termo sujeito é aqui entendido com o mesmo sentido atribuído pelo filósofo Michel Foucault.

² Quando utilizarmos o termo afrodescendente, significa que nos referimos não necessariamente aos sujeitos que se autodefinem como negros/as, mas todos/as que possuem descendência afro-brasileira/africana.

décadas, o BN pareceu-nos uma materialidade potente e apaixonante. À medida que aprofundávamos nosso olhar nas narrativas, surgiam algumas inquietações: Que verdades entram em jogo para que as mulheres possam, em determinado momento da vida, se perceberem como negras? Como ocorrem os processos de subjetivação destas mulheres negras que, ao assumirem seu pertencimento étnico-racial, passam a olhar para si mesmas e para sua história de outro modo? Quais os sentidos presentes nos gestos de escrever e publicar em um espaço em que não há o menor controle sobre quem terá contato com essa produção? Que significados esse movimento de escrita produz no sujeito que se sente encorajado a narrar sua própria história, mesmo que essa narrativa lhe provoque sentimentos de dor e tristeza?

Na tentativa de contemplar estes questionamentos, foram selecionados os textos do blog que apresentam narrativas autobiográficas. Dentre os diversos aspectos que as narrativas permitem evidenciar, o movimento de tornar-se mulher negra é, para nós, um dos processos mais potentes. Deste modo, este texto pretende mostrar como se articula e quais os efeitos do processo de subjetivação identitário produzido por mulheres negras contemporâneas que narram suas experiências de vida no Blogueiras Negras. A partir de Michel Foucault e de outros(as) autores(as) que oferecem ferramentas teóricas para problematizar o contemporâneo, tecemos nossa análise com o intuito de oferecer alguns elementos para a compreensão dos caminhos que vêm sendo percorridos pelos indivíduos que se reconhecem como sujeitos de uma negritude. Estes caminhos são singulares e diversos, mas ao assumirem o formato de narrativas autobiográficas no interior de uma comunidade de mulheres negras, estabelecem-se semelhanças possíveis e importantes de cartografar.

As epígrafes escolhidas para iniciar este texto servem como inspiração para pensar as narrativas autobiográficas que compuseram o *corpus* empírico da pesquisa.³ Se o ato de escrever é uma forma de inscrever-se e de posicionar-se no mundo, como nos lembra Conceição EVARISTO (2007), mas também é um gesto de se mostrar diante do outro (Michel FOUCAULT, 2004a), as autoras negras do BN compartilham suas *escrevivências* (EVARISTO, 2005) e tornam visíveis as subjetividades que as constituem enquanto sujeitos. A narrativa autobiográfica, deste modo, é uma prática de si que permite às autoras se relacionarem com sua própria moral e refletirem sobre as verdades que as conduzem em um processo de subjetivação.

Na seção a seguir, explicitamos os conceitos que aqui utilizamos como chaves de leitura e/ou ferramentas para a análise das narrativas autobiográficas. Além disso, apresentamos algumas discussões que estão na ordem do discurso e contribuem tanto para a articulação da pesquisa quanto para a análise do *corpus* empírico. Entendemos que é preciso levar em consideração a emergência e o fortalecimento da negritude e do Feminismo Negro, movimentos que estão intimamente relacionados à existência e à repercussão de blogs como o Blogueiras Negras. Destacamos, nesse percurso, o protagonismo de intelectuais negras como Evaristo (2005; 2007), Lélia GONZALEZ (2011), Neusa Santos SOUZA (1983), Sueli CARNEIRO (2003) e Djamilia RIBEIRO (2017) que, dentre muitas outras, vêm constituindo olhares sobre os modos de tornar-se negro e mulher negra no contexto brasileiro, tornando-se referência para as novas gerações de estudiosas negras, muitas delas também blogueiras. Já na terceira seção, apresentamos brevemente os pressupostos teórico-metodológicos e éticos que têm nos servido de base para a condução da pesquisa.

Na quarta seção, intitulada *Reconhecer-se negra: processo de subjetivação identitário*, apresentamos a análise das narrativas autobiográficas a partir da percepção de um processo de subjetivação potente, que atravessa a vida de grande parte das autoras, e que inicia com a sua identificação como mulher negra. Ao compartilharem suas histórias, as blogueiras narram como ocorreu o processo de tornarem-se negras, assumindo outros regimes de verdade na sua condução como sujeitos e criando outras formas de relacionar-se consigo e com as/os outras/os. Para finalizar o texto, problematizamos os efeitos e os direcionamentos possíveis desse processo de subjetivação identitário vivenciado pelas autoras do Blogueiras Negras.

Negritude, feminismo negro e produção de subjetividades: uma relação de governo

Dentre as possibilidades de leitura de mundo que as diversas vertentes teóricas nos oferecem, é preciso fazer uma escolha. Optamos por lentes que pertencem a um tipo de pensamento que tem como único princípio o *a priori* histórico, pois “trata-se de uma perspectiva não fundacionista, não essencialista e não representacionista, [...] que rejeita qualquer relação de dominação [...], mas que exercita o questionamento contra qualquer relação de dominação” (Alfredo VEIGA-NETO; Maura LOPES, 2010, p. 148). Sem vincularmo-nos às ideologias, mas também ciente das lutas pelas quais estamos engajadas, posicionamos esta análise nas grades de inteligibilidade da governamentalidade. Entendida como “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas

³ A pesquisa contou com financiamento da Capes, e resultou em tese de doutorado no campo da Educação intitulada *Modos de (re)existir, de (res)sentir: mulheres negras e relações raciais na educação contemporânea*, de Viviane Inês WESCHENFELDER (2018).

sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 2014a, p. 267), a governamentalidade é um dos principais conceitos desenvolvidos por Foucault. Ela permite mapear, descrever e analisar o conjunto de ações e táticas utilizadas pelos estados para governar as populações e os indivíduos. Ao conduzir a conduta dos sujeitos na relação consigo e com os outros, as relações de governo⁴ (VEIGA-NETO, 2002) atuam como campos de forças que não apenas regulam, mas criam determinadas formas de ser e de estar no mundo através dos processos de subjetivação.

Olhando para as especificidades do Brasil e para as políticas públicas colocadas em funcionamento nas últimas décadas, Silvio GALLO (2012) sugere o uso da expressão *governamentalidade democrática*. De acordo com o autor, ela “faz todo o sentido na história recente do Brasil, após mais de duas décadas de regime de exceção e no contexto dos esforços de construção de uma redemocratização do país” (p. 59). Na atmosfera da *governamentalidade democrática*, a luta pelos direitos de grupos identitários adquire cada vez mais força e espaço de reivindicação, produzindo novas narrativas que circulam em torno de identidades específicas.

Esse é o caso da negritude. Vale lembrar que a negritude é um movimento internacional e remonta a mais de um século, com os escritos do americano Du Bois. O termo, no entanto, teria sido utilizado pela primeira vez em 1939 pelo poeta antilhano Aimé Césaire, um dos diretores de uma revista francesa. Naquele momento, fazia-se a inversão da conotação do termo até então pejorativo *négre*, atribuindo-o à luta e ao reconhecimento das comunidades afrodescendentes. No Brasil, Petrónio DOMINGUES (2005) relata que as propostas do movimento internacional da negritude chegaram nos anos 1940, através do Teatro Experimental Negro, mas o mesmo autor mostra que, bem antes disso, “Luís Gama (1830-1882), líder abolicionista, advogado e poeta negro é considerado o precursor da ideologia da negritude no Brasil” (DOMINGUES, 2007, p. 37). Sem desconsiderar as múltiplas formas de articulação do movimento da negritude, importa compreender que, desde então:

Negritude passou a ser um conceito dinâmico, o qual tem um caráter político, ideológico e cultural. No terreno político, negritude serve de subsídio para a ação do movimento negro organizado. No campo ideológico, negritude pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial. Já na esfera cultural, negritude é a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana (DOMINGUES, 2005, p. 25-26).

Inspiradas em Carlos GADEA (2013), entendemos a negritude como um espaço que compreende as narrativas assumidas pelos indivíduos que se reconhecem como negros, as dinâmicas presentes nas práticas discriminatórias, as políticas antirracismo, os tensionamentos que atravessam as relações étnico-raciais e, de modo geral, todos os movimentos que envolvem as populações negras na Contemporaneidade. A negritude também pode produzir ideologias, construir mitos fundacionistas remetidos a uma única origem, com o intuito de reverter séculos de invisibilidade histórica e baixa estima. Tudo isso faz parte do jogo de relações que se tornam possíveis através do fortalecimento de uma identidade negra. A negritude, assim, funciona como um conjunto de discursos que operam em diferentes linhas de frente, produzindo regimes de verdade e processos de subjetivação.

No interior dessa forma de leitura que elencamos para compreender o contemporâneo, o Feminismo Negro é um campo epistemológico e político que pode ser vinculado ao espaço da negritude. Um dos marcos importantes da luta das mulheres negras é o histórico discurso pronunciado por Sojourner Truth (1797-1883) na *Women's Convention* (Convenção das Mulheres) em Ohio/EUA, em 1851, intitulado “*Eu não sou uma mulher?*” (*Ain't I a woman?*). Ao questionar as demandas do movimento feminista deste período, composto basicamente por mulheres brancas, seu discurso “demonstra muito bem o poder histórico de um sujeito político que desafia imperativos de subordinação e, por isso, cria novas visões” (Avtar BRAH; Ann PHOENIX, 2015, p. 252 [tradução nossa]). Em que pese não faltarem exemplos para demonstrar a importância feminina negra na história das sociedades marcadas pela experiência da escravidão, o reconhecimento dessas narrativas é bastante recente.

Enquanto matriz epistemológica, o *Black Feminist Thought* estabelece seu campo na segunda metade do século XX, especialmente a partir dos anos 1970. Segundo Patricia COLLINS (1990), “o pensamento feminista negro [...] é especializado em formular e rearticular o ponto de vista próprio e distinto de mulheres negras americanas” (p. 302 [tradução nossa]). Este campo desafia não apenas as formas de dominação de uma sociedade tradicionalmente branca e masculina, como coloca em tensionamento a produção de conhecimento deste grupo. De acordo com a estudiosa, “[...] mulheres afro-americanas não apenas têm desenvolvido interpretações distintas da opressão vivenciada por mulheres negras, mas o têm realizado usando modos alternativos de produzir e validar o próprio conhecimento” (COLLINS, 1990, p. 298 [tradução nossa]).

⁴ Nos cursos em que tratou da temática da governamentalidade, Foucault utilizou a palavra *governo* para abordar as relações entre os homens e as práticas de condução de si e dos outros. Para evitar que esse uso de governo seja confundido com o governo do Estado ou autoridade política, utilizamos o termo *governamento* sempre que tratarmos da ação de governar.

No Brasil, tanto o movimento negro como o feminista fortaleceram-se no decorrer dos anos 1970. Em ambos os movimentos, a participação das mulheres negras foi fundamental. Atuantes tanto no movimento negro quanto no movimento feminista, “as mulheres negras estabeleceram seu espaço próprio de luta [...], mas logo iriam contestar as ações e discursos desses dois organismos” (Bebel NEPOMUCENO, 2013, p. 400). As reivindicações se deram, basicamente, por uma agenda que contemplasse a questão racial nas lutas feministas e as questões de gênero no movimento negro. Ao longo da década de 1980, as ativistas “procuraram trilhar uma trajetória própria de autodeterminação política” (NEPOMUCENO, 2013, p. 400), formando diversas organizações feministas negras no país. A participação no III Congresso Feminista Latino-Americano, em 1985, teria sido um dos primeiros espaços de registro da expressão coletiva de mulheres negras. Também desde aquele período, ativistas negras “são acusadas de fragmentar tanto a luta feminina quanto a luta contra a discriminação racial” (NEPOMUCENO, 2013, p. 400), mas é inegável que a definição de uma agenda específica tem garantido maior visibilidade a esse grupo. Assim, com a expressão *enegrecer o feminismo*, cunhada por Sueli Carneiro, as feministas negras chamam a atenção para

a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, [procuram] revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Do ponto de vista conceitual, intelectuais do Feminismo Negro têm produzido novas formas de nomear determinados processos vivenciados pelas mulheres negras ativistas. Um termo que vem sendo amplamente utilizado pelas feministas negras é a interseccionalidade. Embora seu conceito seja comumente atribuído a Kimberlé CRENSHAW (2002), em meados do século XIX, Sojourner Truth já apontava para a importância do rompimento com a visão essencialista de gênero. Os essencialismos ocorrem quando as categorias sociais são tomadas como universais. Ao tomar o feminino como universal, se estabelece um modo único de ser mulher e uma demanda política que atenda a esse feminismo, desconsiderando as peculiaridades dos demais grupos, em especial os mais inferiorizados, como as mulheres negras. Intelectuais brasileiras como Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2011) também contribuíram para a compreensão da necessidade de um olhar interseccional sobre os processos de exclusão. Segundo Gonzalez (2011):

O feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (p. 14).

Destaca-se, portanto, a relevância da criação de espaços interseccionais que não apenas criam espaços seguros (*safe space*) para a livre expressão e o fortalecimento da agenda política de mulheres negras, como descreve Collins (2002), mas também favorecem a produção de conhecimento a partir de perspectivas que articulam diferentes marcadores sociais e identitários. Esse é o caso do Blogueiras Negras. Sobre a linha editorial do blog, as coordenadoras esclarecem, em <http://blogueirasnegras.org/faq/> (Acesso em 15/02/2017): “Partimos do princípio que nossa espinha dorsal é o feminismo negro interseccional e a experiência da mulher negra. Nosso objetivo é fornecer material para o debate por meio do nosso protagonismo e visibilidade”.⁵ Assim, cruzam-se nestes espaços as discussões relacionadas a gênero e raça, em uma agenda específica que é a do Feminismo Negro.

A ampliação e o fortalecimento do Feminismo Negro no Brasil contemporâneo são efeitos da luta histórica das mulheres negras. Diariamente, novos espaços de discussão vêm sendo criados, desde o ambiente universitário até as redes sociais virtuais. Essa visibilidade tem garantido não apenas novas adeptas ao movimento, mas tem chamado atenção da sociedade para as desigualdades sofridas pelas mulheres negras no país. O mapeamento destas desigualdades ainda é recente, pois foi somente na década de 1990, com a inserção das categorias sexo e cor/raça nas pesquisas oficiais, que a situação da mulher negra brasileira tornou-se visível. A partir de dados estatísticos que permitem o cruzamento das categorias sexo e cor/raça, fica evidente que não apenas no Brasil, mas na maior parte do mundo, as mulheres negras correspondem ao grupo social mais excluído. Segundo o *Dossiê Mulheres Negras* (Mariana MARCONDES *et al.*, 2013), 25% da população brasileira⁶ são mulheres pretas ou pardas, superando o número de mulheres brancas. Em que pese este segmento populacional compor o grupo que mais tem crescido nos índices de escolaridade nos últimos anos, as mulheres negras ainda apresentam expectativa de vida menor, piores condições de renda familiar, maiores índices de desemprego e menores taxas de escolaridade em relação às mulheres e homens brancos.

⁵ Para melhor diferenciarmos o material da pesquisa, todos os excertos retirados do BN serão apresentados em itálico.

⁶ Para fins de contagem da população negra, o IBGE e os demais institutos de pesquisa brasileiros somam todos os indivíduos que no censo se autodeclararam como pretos e pardos.

A produção e a visibilidade dos dados estatísticos têm operado como potentes tecnologias de governo, já que permitem mapear a população e estabelecer estratégias de gerenciamento de risco (Clarice TRAVERSINI; Samuel BELLO, 2009). Dados alarmantes sobre a saúde e a violência que atingem as mulheres negras, por exemplo, contribuem não apenas com a discussão dos movimentos vinculados ao Feminismo Negro, mas pautam a necessidade de políticas públicas. Em um contexto de governamentalidade neoliberal, vemos o Estado trabalhando sobre a população, este corpo governável que surge no decorrer do século XVIII, produzindo saberes para uma sociedade de seguridade, com a proliferação de cálculos e estratégias de segurança e controle que vão se debruçar sobre os indivíduos (FOUCAULT, 2006). Assim, o mapeamento dos riscos que afetam as mulheres negras permite o gerenciamento deste grupo populacional, ao mesmo tempo em que subjetiva os indivíduos a assumirem para si tanto a responsabilização sobre a insegurança quanto a tarefa de educar a sociedade sobre as demandas desta população.

São razões como essas que tornam espaços de expressão de mulheres negras como o Blogueiras Negras tão relevantes para compreender a constituição do sujeito negro contemporâneo. O blog reflete o alargamento e o fortalecimento do espaço da negritude no Brasil através do campo do Feminismo Negro.⁷ Sob a égide da *governamentalidade democrática*, produzem-se relações de governo entre os indivíduos, os movimentos sociais e o Estado, resultando em novas subjetividades. Ao serem convidadas para posicionarem-se como mulheres negras e compartilharem suas experiências, as autoras disponibilizam um conteúdo potente para compreender quais as formas de relação que estes sujeitos estabelecem consigo e com as/os outras/os. Com este propósito, dentre os inúmeros textos disponíveis, selecionamos para a pesquisa aqueles que se constituem em narrativas autobiográficas. Na próxima seção, descrevemos o modo como estamos trabalhando com essas narrativas, os pressupostos éticos que nos conduzem e a ferramenta conceitual da escrita de si, a partir das pistas deixadas pelas últimas produções de Foucault.

Pressupostos teórico-metodológicos e éticos da pesquisa

O Blogueiras Negras é uma plataforma de publicação feita por, para e sobre mulheres negras, em caráter afirmativo. Mas somos muito mais do que isso. (FAQ – Blogueiras Negras)⁸

Na medida em que a internet torna-se mais acessível, cresce também o número de redes sociais e de comunidades virtuais. Inicialmente compreendido como uma espécie de diário online, o termo *blog* significa uma junção de rede (web) com diário de bordo ou registro sistemático (log). Atualmente, os blogs possuem as mais diferentes proposições, tornando-se também uma opção gratuita de website que facilita a divulgação de pessoas, produtos e organizações. O projeto Blogueiras Negras surgiu em 2012 por um grupo de mulheres negras que tinham como principal objetivo dar maior visibilidade às produções de mulheres afrodescendentes. As primeiras publicações disponíveis são de março de 2013 e puderam ser consultadas por categorias, divididas por palavras-chave, que somavam em torno de 35 opções.⁹ A página é atualizada pelo menos duas vezes por semana e cada atualização é enviada para os e-mails cadastrados no blog.

Dentre centenas de textos publicados entre os anos 2013 e 2016, escolhemos aqueles que adquirem formato de narrativas autobiográficas. Neste caso, as mulheres não só escrevem em primeira pessoa como relatam experiências pessoais sobre seus processos educativos, sobre as diversas formas de discriminação sofridas (especialmente discriminação por raça, gênero, sexualidade e classe) e os modos como lidam com a negritude e com as relações étnico-raciais cotidianas. Após esta triagem, formamos nosso *corpus* empírico com 36 narrativas de autoras que enviaram seus textos para o BN de pelo menos 13 estados diferentes.¹⁰ A maioria das autoras é estudante ou possui ensino superior completo e mais da metade são estudantes de licenciatura e professoras, o que, para nós, é mais um elemento importante. Em consonância com a política de visibilidade do blog e de respeito à autoria das mulheres negras, todos os excertos utilizados em nossa análise são acompanhados do nome completo da autora (conforme sua identificação no BN) e data de publicação.

Apesar das narrativas serem públicas, o fato de o BN constituir uma comunidade virtual exclusiva para mulheres negras gerou muitos questionamentos. Como autoras brancas que não participam deste espaço interseccional, será que teríamos os cuidados éticos suficientes para

⁷ É importante ressaltar que, embora a política do Blogueiras Negras esteja alinhada ao Feminismo Negro, nem todas as autoras são intelectuais do campo. O blog é um espaço aberto de difusão das produções escritas de mulheres negras dos mais diferentes lugares e trajetórias de formação, e a maioria dos textos identifica-se com a agenda do Feminismo Negro.

⁸ Excerto retirado da seção FAQ (perguntas frequentes. Acesso em 30/08/2017).

⁹ Descrição produzida a partir de análise realizada no blog em 2017.

¹⁰ Diversas autoras não informaram os estados onde residiam no período do envio do texto; uma autora residia na Alemanha e uma autora optou por não se identificar.

trabalhar com as histórias de vida destas mulheres negras? Não estaríamos, de certo modo, desafiando uma de suas bandeiras mais importantes de luta, que é a possibilidade de serem protagonistas da produção do conhecimento sobre si mesmas? Mesmo que uma de nós fosse negra e integrante do BN, participar da comunidade como pesquisadora implicaria um posicionamento diferente das demais autoras. Como sugere Claudia FONSECA (2010), talvez seja necessário que em nossas pesquisas desenvolvamos uma ética do desconforto. Segundo a antropóloga, “trata-se de uma inquietação ética que não se resolve com uma cartilha de regras nem se restringe a um só momento da pesquisa” (FONSECA, 2010, p. 62). O exercício constante de vigília e a leitura atenta não só das narrativas, mas das produções de intelectuais negras, tem contribuído para a reflexão constante neste processo de investigação. Por essa razão, consideramos primordial reconhecer nosso lugar de fala, mas sem fazer com que isso nos impeça de pensar eticamente com o outro e, em determinados momentos, problematizar esse próprio lugar. Como analisa Djamila Ribeiro (2017),

o fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* local consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados (p. 86).

De acordo com Roni BERGER (2015), “pesquisadores precisam se concentrar cada vez mais no autoconhecimento e sensibilidade; compreender melhor o papel de si na produção do conhecimento; monitorando-se cuidadosamente no impacto de seus preconceitos, crenças e experiências pessoais nas suas pesquisas” (p. 220 [tradução nossa]). Independente da posição que ocupamos em relação aos sujeitos com os quais pesquisamos, é necessário refletir sobre este posicionamento e suas implicações para o resultado da pesquisa. Metodologicamente, o/a pesquisador/a que não participa da comunidade é considerado/a um *outsider*. Sem jamais vivenciar “na pele” o peso da discriminação racial, por exemplo, algumas análises podem [e devem] ser questionadas. Por outro lado, como mulheres e pesquisadoras engajadas nas demandas da comunidade negra, essa posição de *outsider* também pode e deve ser questionada em alguns momentos. Isso porque, segundo Berger (2015), “um pesquisador não [tão] familiarizado com a experiência específica em estudo pode abordá-lo a partir de um ponto de vista novo e diferente, colocando novas questões que podem levar a direções inovadoras” (p. 227 [tradução nossa]).

Se a pesquisa realizada por um olhar distinto daqueles que atuam no interior da comunidade pode trazer outros direcionamentos, isso é possível desde que haja uma vigilância constante para exercer o permanente questionamento sobre as diversas formas de dominação. Essa postura de crítica sobre o que se pensa e o que se produz é também um dos ensinamentos de Foucault (1994): “Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não estão bem como estão. Ela consiste em ver sobre que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que se aceitam” (p. 181). A crítica permanente, neste caso, inclui o cuidado de compreender as demandas evidenciadas nas narrativas das mulheres negras, mas sem permitir que sejamos capturadas por essas narrativas que são tão importantes para nós, a ponto de não conseguirmos analisar essas produções em sua exterioridade. “Nestas condições, a crítica (e a crítica radical) é absolutamente indispensável para toda transformação” (FOUCAULT, 1994, p. 181).

Este trabalho não pertence ao campo epistemológico do Feminismo Negro pois, como elucida Collins (1990),

viver a vida como uma mulher negra é um pré-requisito necessário para produzir o pensamento do Feminismo Negro [Americano] porque no interior de comunidades de mulheres negras o pensamento é validado e produzido com referência a um determinado conjunto de condições históricas, materiais e epistemológicas (p. 322 [tradução nossa]).

Ainda assim, nos comprometemos com a visibilidade das mulheres negras e nos aliamos às suas principais agendas políticas, o que inclui prestar a máxima atenção no modo como as autoras se relacionam consigo mesmas e dialogam com os outros, incluindo os sujeitos não negros. Além do mais, acreditamos que as ferramentas conceituais utilizadas em nossa análise podem contribuir para outros modos de pensar as relações étnico-raciais. Juntamente com autoras como Margaret McLAREN (2002), Margareth RAGO (2013) e Judith BUTLER (2015), argumentamos que alguns conceitos de Foucault são produtivos para pensar as práticas feministas contemporâneas e, por isso também, podem ser produtivos para a análise das narrativas autobiográficas de mulheres negras.

Os primeiros movimentos teórico-metodológicos no trabalho com as narrativas seguiram as orientações da análise de discurso foucaultiano. Os textos foram lidos na sua superfície e em sua materialidade; foram identificadas as recorrências discursivas e a proliferação de enunciações presentes também em outras narrativas e em outros espaços, produzindo efeitos de verdade para estas discursividades. Do mesmo modo, esta forma de leitura permite identificar as enunciações dispares, determinados posicionamentos que aparecem como novidades dentro da análise

discursiva e possibilitam compreender também as singularidades que constituem as histórias das mulheres negras. Além disso, na medida em que as narrativas relatam a experiência vivenciada por estes sujeitos através do exercício da escrita, é possível tomá-las como técnicas de si. Para Foucault (2014a), estas são práticas que

permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformarem-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (p. 36).

A escrita de si, como mostrou Foucault (2004a), é um exercício ascético praticado desde a Antiguidade, e que permite a realização de um trabalho sobre si mesmo, ao mesmo tempo em que exige uma relação com o outro a quem a escrita se destina. A prática da escrita de si entre os romanos dos séculos I e II, analisada por Foucault, era compreendida como uma técnica, um exercício sobre si que, assim como a leitura e a meditação, precisava de prática constante. Mais tarde, na Era Cristã, a escrita de si assume o caráter confessional. Na contemporaneidade, a escrita de si se expressa através de inúmeras práticas e com diferentes objetivos. Seja por meio de diários, cartas, anotações, registros de autoavaliação escolar ou outros tipos de textos, “o si é algo sobre o que há matéria a escrever, um tema ou um objetivo (um sujeito) da atividade de escritura” (FOUCAULT, 2014a, p. 275).

Neste texto, a escrita de si é um conceito-chave que permite a leitura das narrativas autobiográficas e a análise dos processos de subjetivação que as mulheres negras mostram estar produzindo ao atuarem na comunidade virtual Blogueiras Negras. Como leitoras, escritoras e militantes dos movimentos sociais, são produzidas ações que colocam em jogo os códigos morais que conduzem suas condutas. Por moral, “entende-se um conjunto de valores e regras de ação proposto aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, etc.” (FOUCAULT, 2014b, p. 32). Assim, a escrita de si permite perceber tanto a relação do sujeito com os códigos morais que circulam no espaço da negritude e fora dele quanto os processos de sujeição e subjetivação que se produzem através desse contato do sujeito consigo e com esses códigos, num processo de elaboração ética.

A seguir, passamos à análise das narrativas autobiográficas, para melhor compreendermos como se constitui o processo de subjetivação identitário das mulheres negras contemporâneas.

Reconhecer-se negra: processo de subjetivação identitário

Quero que um dia as meninas pretas não demorem tanto quanto eu, quero que as meninas pretas se enxerguem em cores, amores e poesia. Quero as mulheres pretas na luta, olhando seu reflexo e dizendo: SOU PRETA! Não houve nada mais libertador na minha vida do que sentir-me e reconhecer-me: nem morena, nem mulata: SOU NEGRA! (Luma de Lima OLIVEIRA, 2014).

O livro de Neusa Santos Souza, publicado pela editora Graal em 1983, tem como título *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* e é uma das primeiras obras que trata a produção de subjetividades dos sujeitos negros no Brasil. Estudiosa do campo da saúde mental e importante ativista do movimento negro, Souza abordou aspectos emocionais dos negros e sua relação com as questões étnico-raciais brasileiras através de entrevistas e narrativas de sujeitos afrodescendentes. Em sua análise, a autora mostra que, ao ascender socialmente, o negro “não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar” (SOUZA, 1983, p. 77). Essa impossibilidade de perceber-se como um sujeito negro que navega em outros espaços sociais produz sofrimento e negação de si mesmo. “Tornar-se negro, portanto, ou consumir-se em esforços por cumprir o veredicto impossível – desejo do Outro – de vir a ser branco são as alternativas genéricas que se colocam ao negro brasileiro que responde positivamente à ascensão social” (SOUZA, 1983, p. 77).

O trabalho de Souza tornou-se uma das referências para os militantes e intelectuais negros. Poucos anos antes da sua publicação, em 1978, era criado o Movimento Negro Unificado (MNU), organização que foi extremamente importante para a definição de uma agenda específica de luta e de valorização da cultura negra, que agora passava a adquirir contornos mais definidos. Segundo Domingues (2007), “o movimento negro organizado ‘africanizou-se’. A partir daquele instante, as lides contra o racismo tinham como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro” (p. 116).

As narrativas autobiográficas de mulheres negras publicadas no Blogueiras Negras evidenciam não apenas a proliferação de histórias de vida de sujeitos afrodescendentes no contemporâneo, mas mostram que estes sujeitos vêm construindo formas de se relacionar consigo e com os outros – distintas daquelas apontadas por Souza no início da década de 1980. O fragmento da narrativa de Luma de Lima Oliveira (2014), apresentada como epígrafe desta seção, mostra quão importante é para a autora o movimento de se reconhecer como mulher negra. Como já mostramos nas seções anteriores, o fortalecimento dos movimentos sociais negro e feminista, assim

como a ampliação do acesso ao ensino superior e a difusão da internet, tem contribuído para que a negritude se torne cada vez mais potente para os afrodescendentes brasileiros. Esse movimento não ocorre apenas no Brasil, mas é latente em pelo menos todos os países marcados pela diáspora, incluindo também diversas nações africanas. Exemplo disso é a declaração da ONU como sendo esta a Década Internacional do Afrodescendente (2015-2024) definindo, assim, uma agenda que prioriza a criação de políticas públicas e ações em prol das populações negras.

Assumir uma identidade negra, de certo modo, pressupõe tomar para si determinados significados que são aceitos como verdadeiros, estabelecendo um regime de diferenciações entre aquilo que se é ou aquilo que não se é (ou que não se pretende ser). A partir de nosso referencial, entendemos que essa não seria somente uma forma de aprisionamento do indivíduo, mas configuraria em uma impossibilidade. O ser é, como mostrou Foucault, uma materialidade que não cessa de se constituir e de se elaborar. Por essa razão, preferimos trabalhar com o conceito de identificação. Para Stuart HALL (2000),

a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado – como algo sempre em processo. [...] Como todas as práticas de significação, ela está sujeita ao 'jogo' da *différance*¹¹ (p. 106).

Ao posicionar-se como mulher negra, diversos processos de identificação entram em jogo e favorecem a produção de uma subjetividade capaz de produzir as mudanças narradas pelas autoras:

Nasci negra em meio à busca da cura física. Nasci negra e agora como uma criança tenho desejos infinitos de entender este meu mundo negro. Cada dia tem sido posto para grande descobertas, momentos do passado que tento entender, pessoas e fatos que tento entender. Encantamento com a vida nova. Braços vão sendo apresentados a mim, mãos me ensinam a caminhar, pessoas maravilhosas vão me guiando (Shirlene MARQUES, 2014).

O contato com outras mulheres negras e suas vivências, assim como o processo de construção de suas identidades, mostrou-me que eu era possível. E eu percebi que havia chegado a hora de viver plenamente a minha identidade, completa em suas raízes e em contínuo desenvolvimento, como uma árvore frondosa e firme. Poder declarar-me mulher negra, é fazer visível o laço invisível da minha ancestralidade, identidade legítima e que me aceita, esfera onde eu deixo de ser bastarda (Aline DJOKIK, 2014).

A produção de novas discursividades sobre o negro, a mulher e, especialmente, a mulher negra no Brasil, tem contribuído para que novos processos de identificação com a cultura negra sejam possíveis. Outros saberes são reconhecidos, antigos saberes passam a ser ressignificados e a população negra brasileira passa a ter uma história que tem as formas de resistência como principal elemento. Toda essa proliferação discursiva é marcada por um sentimento coletivo que atravessa também as narrativas das autoras. Na medida em que o processo de tornar-se mulher negra é um dos elementos marcantes de suas experiências, esta mudança passa por um processo de aprendizagem que é atribuído a outras mulheres e à participação nos movimentos sociais. Assim como enfatizam Shirlene Marques (*Braços vão sendo apresentados a mim, mãos me ensinam a caminhar, pessoas maravilhosas vão me guiando*) e Aline Djokik (*O contato com outras mulheres negras e suas vivências*), outras autoras relatam a importância dos espaços coletivos para a produção de suas subjetividades como mulheres negras:

Apreendi que sem minhas irmãs pretas, reais ou virtuais, minha luta não teria sentido, que as batalhas seriam ainda mais sofridas, que juntas somos mais e sim, somos nós por nós (Eliane OLIVEIRA, 2015).

[...] como ter outras mulheres negras, na mesma condição que você, faz com que o caminho fique mais suave. Compartilhamos as dores e alegrias daquela instituição. Individualmente a minha história poderia ser mais uma, porém, ela é o resultado do fruto de anos e anos da luta de meu povo (Neiriele MARQUES, 2014).

[...] para amenizar o peso dessa solidão, a forma que encontrei foi aprendendo a me amar, a me ver como um ser importante, capaz de ajudar outras mulheres negras que também estão sozinhas (Karoline MAIA, 2016).

Por compartilharem trajetórias e/ou experiências semelhantes, as mulheres negras identificam-se umas com as outras e se tornam referência para as demais nos processos de reelaboração de si mesmas. Deste modo, o cuidado de si implica também cuidado das outras, o que as mulheres negras chamam de sororidade negra. De origem latina (*sóror*, que significa irmã), o termo sororidade (*sorority*) já era empregado na segunda metade do século XIX como uma organização universitária feminina americana – maiores informações podem ser obtidas em Nadine Jolie COURTNEY (2017). Mais tarde, foi amplamente utilizado no movimento feminista, como sinônimo de irmandade

¹¹ Hall trabalha com o termo *différance* do filósofo Jacques Derrida.

(*sisterhood*). A sororidade negra é um elemento marcante do Feminismo Negro, podendo também funcionar como um modo de governo dos sujeitos atuantes do movimento. Isso porque a sororidade negra pressupõe que o posicionamento das mulheres negras seja de luta e de defesa não apenas de si, mas de todas as mulheres negras.

No curso *A hermenêutica do sujeito* (1982), Foucault (2014c) analisa algumas práticas de si entre os epicuristas e estoicos dos séculos I e II. Para que a salvação da alma fosse possível, era preciso, antes de tudo, cuidar de si. O cuidado de si, no movimento de voltar-se para si mesmo e refletir sobre si, era uma condição necessária para o cuidado dos outros. Só é capaz de estabelecer uma relação saudável com o outro aquele indivíduo que colocasse a si mesmo em primeiro plano. Mais tarde, com a tradição cristã, esse cuidado de si se esmaece em função da lógica do conhecimento de si, que se torna mais importante. Desde o final do século XIX, no entanto, autores como Nikolas ROSE (2011) vão mostrar que a emergência e o fortalecimento das ciências psi vão produzir uma nova virada para o *self*, em que o cuidado de si parece estar ganhando novamente importância. Ainda que as práticas de si contemporâneas sejam distintas e operem com outras racionalidades, é possível estabelecer relação, por exemplo, entre o cuidado de si e das outras praticado no interior do Feminismo Negro (através da sororidade negra) e algumas práticas antigas. É importante lembrar, ainda, que esse cuidado de si das mulheres negras é uma possibilidade que surge apenas recentemente, já que mulheres negras sempre foram responsáveis por jornadas exaustivas de trabalho e pelo cuidado dos outros, sem nunca terem condições de olharem para si, reconhecendo o limite e o valor de seus próprios corpos e de suas almas. Como mostrou Foucault (2014c), “o cuidado de si é que, por ele mesmo e a título de consequência, deve produzir, induzir as condutas pelas quais poderemos efetivamente cuidar dos outros. Começemos porém por cuidar dos outros e tudo estará perdido” (p. 179). Estão em jogo, portanto, a produção de outros processos de subjetivação. Segundo Rose (2011),

a subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos de composição e recomposição de forças, práticas e relações que se esforçam ou operam para transformar o ser humano em diversas formas de sujeito, que sejam capazes de se constituir em sujeitos de suas próprias práticas, bem como das práticas de outros sobre eles (p. 236-237).

A partir das narrativas autobiográficas, vemos que o processo de subjetivação identitário não ocorre apenas por meio do governo pela verdade e da relação consigo, mas também através da convivência com outras mulheres negras. O cuidado de si pode ser considerado “uma atitude – para consigo, para com os outros, para com o mundo” (FOUCAULT, 2014c, p. 11), além de uma forma de olhar, “uma certa maneira de estar atento ao que se pensa e ao que se passa no pensamento” (FOUCAULT, 2014c, p. 12), que tem implicações éticas e políticas. Ao se voltarem para seus sentimentos, para suas experiências, para a história das suas famílias, as mulheres negras dobram-se sobre si mesmas, percebendo-se como seres que merecem o cuidado e o amor próprio. Esse processo demonstra um trabalho de elaboração ética. “O cuidado de si é ético em si mesmo; mas ele implica relações complexas com os outros, na medida em que esse *éthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (FOUCAULT, 2005, p. 70). O contato com mulheres negras da mesma geração, que vivenciam experiências discriminatórias semelhantes, que se identificam pelos mesmos gostos artísticos e estéticos e que compartilham os mesmos sonhos se mostra fundamental para as autoras. Todavia, não se trata apenas de conhecer outras histórias de vida e de se apossar das teorias produzidas por intelectuais negras para melhor desenvolver o seu “eu”. A relação que se estabelece com outras mulheres é de sintonia, intimidade, amizade, cuidado.

Ao mostrar a produtividade dos estudos de Foucault para pensar o feminismo, Margaret McLaren (2002) apresenta a autobiografia e os grupos de conscientização (*consciousness-raising*) como práticas de si. Criados durante o movimento pelos Direitos Civis americanos no final dos anos 1960, os *consciousness-raising group* consistiam em espaços para falar e refletir sobre si (*self*). A autora mostra que essas são ferramentas políticas porque “compartilhar suas experiências possibilita às mulheres ver seus problemas não como uma patologia individual, mas como questões sociais e políticas” (McLAREN, 2002, p. 156 [tradução nossa]). As narrativas autobiográficas da comunidade BN, deste modo, conformam dois modos possíveis de técnicas de si. Na medida em que narrar a si mesmo é um processo de individualização que permite estabelecer a relação de si com a verdade, criando espaços de reflexão e de reelaboração de si, narrar sobre si para outras mulheres negras contribui para desafiar as estruturas sociais vigentes, identificando e desconstruindo o racismo e o sexismo como práticas possíveis de serem contestadas. Ao desnaturalizar as formas de dominação vivenciadas pelas mulheres negras, a escrita de si em comunidades de mulheres negras pode gerar novas formas de resistência tanto na esfera micropolítica como no contexto mais amplo de transformação social. Vejamos mais um excerto de narrativa que evidencia essa relação entre a produção de si e a ação política:

Ao conhecer e me adentrar no [sic] movimento de mulheres negras e movimentos negros, tive um reconhecimento de minha identidade, mas pra me reconhecer, eu tenho que ter um lugar,

tenho a difícil missão de me manter, de morar, e isso mina qualquer outro desejo de reconhecimento estético-político que eu venha a ter (Melina de Souza ROCHA, 2015).

Mesmo que apresentem sempre a dimensão ativa da constituição do *self*, em certos momentos as narrativas autobiográficas adquirem um caráter confessional. Nestes casos, vemos práticas de sujeição do sujeito pela verdade e uma tentativa de normalização das condutas. Assim como outras práticas de confissão, as narrativas produzem o sujeito e colocam-no em contato com os discursos considerados por ele verdadeiros (McLAREN, 2002). Ao relatarmos suas experiências para outras mulheres negras, as autoras mostram sua preocupação em seguir determinadas normas que circulam no interior do espaço da negritude, o que evidencia formas de sujeição:

Olho quase todos os dias para meu rosto no espelho, ou para fotos antigas, procurando os traços que comprovam a minha negritude. Vejo fotos de mulheres negras e me comparo, buscando nelas, minhas próprias características. Sempre que vejo algo relacionado à cultura negra e mesmo tentando construir minha negritude, ainda é muito difícil me sentir imersa neste mundo (Gabriela PIRES, 2014).

Tentava negar até as últimas consequências qualquer semelhança e identidade negra que pudesse haver em mim, lembro da minha infância, início de adolescência e não foram fases muito diferentes. Um segundo processo foi querer esconder meus cabelos do mundo, para isso utilizava qualquer processo que necessitasse para vê-lo liso. Progressiva, alisamento, chapinha e eram processos sofridos (Luma de Lima OLIVEIRA, 2014).

Ainda que as práticas de sujeição conduzam para a fixação das verdades sobre a negritude, não podemos esquecer que está em jogo nestas narrativas a possibilidade de o sujeito falar por si mesmo, de conduzir-se a partir das próprias experiências. De acordo com Carneiro (2003), "o esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica" (p. 129), uma batalha contínua de gerações de mulheres que resistiram de diferentes formas para ter a possibilidade de serem autoras de suas próprias narrativas.

Quando operam como escrita de si, no entanto, as narrativas autobiográficas podem evidenciar processos de subjetivação, na medida em que elas possibilitem uma reflexão crítica dos discursos que são tomados como verdadeiros. Ao narrarem a si mesmas, algumas mulheres evidenciam o processo de constituição de si como algo inacabado, um eterno tornar-se negra que permite a transformação num trabalho de elaboração ética permanente:

A construção da identidade negra não é fácil. Construir, neste caso é, antes de tudo, desconstruir. Desconstruir preconceitos de si mesmo, desconstruir ideias que estão há muito tempo enraizadas, desconstruir sua história e até sua família. É principalmente, tomar consciência dos preconceitos que sofreu, e que sofre, sem tentar justificá-los (Gabriela PIRES, 2014).

Essa minha história só propõe uma reflexão. Propõe também que, ao invés de negligenciarem a vida das suas irmãs negras alisadas, tragam-na para o movimento, reflitam com elas, e percebam o que envolve o alisamento de seus fios. Não neguem a liberdade estética que não anda, acreditem em mim, na contracorrente do nosso empoderamento. Não silenciem a voz dessas mulheres tratando-as como inconscientes do seu "eu negra"! (Alika DURON, 2016).

Quando as narrativas autobiográficas funcionam como escrita de si, elas podem produzir subjetivação e, como consequência, possibilitar práticas de liberdade. Ao trabalhar com narrativas de intelectuais feministas, Rago (2013) mostra que essa escrita de si possibilita "um trabalho de construção subjetiva na experiência da escrita, em que se abre a possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo" (RAGO, 2013, p. 52). Ao reivindicar a possibilidade de alisar e pintar os cabelos, Alika Duron (2016) vai na contramão do próprio discurso que convoca as mulheres negras a deixarem seus cabelos naturais. Isso porque assumir o cabelo crespo é um dos principais preceitos para reconhecer-se como mulher negra. No entanto, uma vez compreendendo a negritude e se identificando com ela, a autora defende que todas as mulheres negras podem se relacionar com o próprio corpo com liberdade.

Nesta análise, é importante perceber que a mesma narrativa autobiográfica pode evidenciar práticas de sujeição e subjetivação (McLAREN, 2002). Não nos cabe julgar quais exercícios de constituição de si as mulheres negras vêm produzindo, mas mostrar que estas narrativas são potentes para compreender o processo de subjetivação identitária, um dos movimentos mais importantes da negritude contemporânea. Talvez, as práticas de sujeição sejam necessárias para que os sujeitos possam acessar esse novo regime de verdades da negritude, para então possibilitar a reflexão sobre estas práticas, produzindo a subjetivação. Além do mais, as narrativas aqui analisadas apresentam apenas uma pequena dimensão da vida destas mulheres negras. Escrever e publicar no BN, direcionando seu discurso a outras mulheres negras ou expressando seu ressentimento diante das discriminações sofridas, de modo algum indica que suas vidas possam

se resumir a estas formas de posicionarem-se no mundo. Mas, ao se posicionarem como mulheres negras, ao produzirem outras formas de se conduzirem e de se relacionarem consigo e com as/os outras/os, certamente novas formas de ser e estar no mundo tornam-se possíveis.

Mulheres negras, responsabilidade ética e relações étnico-raciais no Brasil: questões que permanecem...

Em sua última visita ao Brasil, em julho de 2017, por ocasião do curso internacional *Decolonial Black Feminism in the Americas*, Angela Davis assim se pronunciou: “E porque mulheres negras têm sido sempre posicionadas na base da hierarquia de raça, classe e gênero, quando mulheres negras se movem, todo o mundo se movimenta conosco”. Ao configurar como o movimento social mais importante na contemporaneidade, o movimento das mulheres negras vem ampliando e ao mesmo tempo delineando o espaço da negritude nos cenários nacional e internacional. No Brasil, o processo de subjetivação identitária vivenciado pelas mulheres negras é sem dúvida um dos movimentos mais potentes desde a emergência dos movimentos sociais no final da década de 1970. Embora não sejam todas as mulheres negras que vivenciem esse processo, a difusão da internet favorece o alcance cada vez maior destas discursividades, conduzindo cada vez mais sujeitos a olharem para si e perceberem-se como negras/os.

Como Foucault (2004b) mesmo indicou, a identidade é útil e importante, mas quando ela funciona como uma estratégia de luta, como um modo de (re)existir. Sem dúvida, identificar-se com a negritude e posicionar-se como mulher negra é um passo importante para a compreensão da desigualdade racial que insiste em exercer diversas formas de violência sobre essa população. É um passo importante, também, para entender que o racismo está presente nas práticas cotidianas e atravessa boa parte das relações que as mulheres negras estabelecem ao longo da vida, como mostram as narrativas autobiográficas. Essa compreensão é condição *sinequa non* para a luta contra as diferentes formas de exclusão e para produzir estratégias de resistência que possam interpelar a todos os sujeitos, independente de seu pertencimento étnico-racial. Mas como o racismo justamente se alimenta de diferentes práticas e é capaz de produzir novas configurações ao longo do tempo, esse movimento não pode se encerrar aí.

O Blogueiras Negras é uma comunidade virtual que atende perfeitamente às necessidades do contemporâneo, o que também pode ser uma razão para a sua difusão. Para Zygmunt BAUMAN (2003), uma comunidade é, em primeira instância, um lugar de segurança e conforto. Mas a comunidade exige um trabalho constante de todos os seus membros, um esforço coletivo para a permanente manutenção deste espaço. Esse trabalho é realizado com muito empenho pela equipe que coordena o BN, mas esse esforço não é necessariamente o mesmo por parte de todas as autoras do blog. Isso porque é possível sentir-se pertencente ao BN, mas acessar seu conteúdo apenas quando há tempo disponível ou sentir necessidade. Nesse caso, o cuidado de si e das outras que as narrativas evidenciam é desafiado pela forma de vida neoliberal contemporânea que, antes de tudo, produz uma sociedade de indivíduos. Embora interconectados, os indivíduos não conseguem desenvolver a responsabilidade ética e o fazer político que o processo de subjetivação exige. Como nos lembra Judith Butler (2015), “nossa responsabilidade não é apenas pela pureza de nossas almas, mas pela forma do mundo habitado coletivamente” (p. 141).

Assim, no auge da governamentalidade neoliberal, compartilhar as experiências pessoais com outras mulheres negras pode não ser suficiente para escapar dos individualismos que tendem a nos capturar. No entanto,

contar a história de si mesmo já é agir, pois contar é um tipo de ação, executada com um destinatário, geral ou específico, com uma característica implícita. É uma ação voltada para o outro, bem como uma ação que exige o outro, na qual um outro se pressupõe (BUTLER, 2015, p. 106).

Muitas mulheres negras que escrevem para o BN publicam textos também em outros espaços, são professoras, circulam pelos movimentos negro e feminista, são atuantes politicamente em seus círculos familiares e demais espaços de convívio social.

É difícil mensurar os efeitos do processo de subjetivação identitária das mulheres negras, pois esses movimentos estão sendo vivenciados intensamente no contemporâneo. Essa mensuração é ainda mais desafiadora se considerarmos que a produção de subjetividades é sempre contingente, não pressupõe uma continuidade que levaria o sujeito para além deste mundo, em uma matriz supostamente evolutiva. Ainda assim, as narrativas autobiográficas mostram que, ao se relacionar de outras formas com seu corpo, com suas crenças religiosas, ao se confrontarem com a educação recebida no seio familiar e na escola, as mulheres que se reconhecem como negras movimentam e problematizam toda a estrutura racial brasileira. Felizmente, essas mudanças na forma de se relacionar consigo e com os outros tendem a se alterar permanentemente, independente dos riscos de retrocesso no campo das políticas afirmativas.

Essa análise nos conduz a pensar sobre a possibilidade da produção de diferenças em uma sociedade racializada, como a brasileira. Por um lado, o espaço interseccional do BN permite

a expressão e o compartilhamento de experiências vivenciadas quase exclusivamente por mulheres negras, o que contribui para que estes sujeitos adquiram cada vez mais voz e visibilidade, para que sejam também ouvidos e possam refletir. Por outro lado, este espaço interseccional também contribui para fabricar um processo de subjetivação que pode ser homogêneo, que insinua a produção apenas de sujeição e limita as práticas de liberdade e de resistência contra qualquer forma de dominação. O espaço da negritude também pode aprisionar os indivíduos que nunca se sentem negros o suficiente – como se pudesse haver uma identidade perfeita a ser alcançada –, pode produzir ideologias e mitos fundacionistas, com o intuito de reverter séculos de invisibilidade histórica e fortalecer a identidade cultural.

Como mostra E. Patrick JOHNSON (2003), a negritude é performática. Ela funciona, assim, como um conjunto de discursos que opera em diferentes linhas de frente, produzindo regimes de verdade e processos de subjetivação. Ao mesmo tempo, essa produção de verdades adquire outro peso quando olhada a partir da perspectiva da branquitude, que opera em sua performatividade para reforçar as formas de exclusão sobre o outro não branco.

São muitas questões que as narrativas das mulheres negras nos permitem pensar, o que só evidencia a potência do BN para a compreensão da negritude contemporânea. Acreditamos que a visibilidade e a proliferação cada vez maior destas narrativas podem fazer com que muitos sujeitos, negros ou não, possam ser interpelados por elas. Entendemos que a subjetivação identitária é um processo necessário para que a sociedade brasileira possa, finalmente, enfrentar a estrutura racista que a constitui. Espaços interseccionais como o BN são fundamentais não para criar uma possível divisão da sociedade brasileira, mas para favorecer a produção de narrativas que, vistas sob o olhar daqueles que não vivenciam as mesmas experiências, possam oportunizar compreensão e respeito por aqueles indivíduos e grupos.

O nosso desejo é que, uma vez reconhecendo-se como mulheres negras, estes sujeitos possam vivenciar outras formas de relacionar-se consigo e com os outros que resultem em práticas de liberdade e em relações étnico-raciais menos violentas. Acreditamos que esses espaços interseccionais possam criar no outro, não negro ou não mulher, uma sensibilidade para entender a vida de uma mulher negra em toda sua complexidade, em sua dor e (re)existência. Um espaço de liberdade onde todos possam falar e agir, mas sem esquecer que mulheres negras e brancas historicamente vivem processos sociais e culturais muito distintos.

Agradecimento

Agradecemos a University of Wisconsin-Madison, em especial a Dra. Gloria Ladson-Billings, por receber uma das autoras durante o doutorado-sanduíche, financiado pelo PSDE-CAPES. As análises aqui desenvolvidas em muito se devem às experiências nesta universidade.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERGER, Roni. "Now I see it, now I don't: researcher's position and reflexivity in qualitative research". *Qualitative Research*, v. 15, n. 2, p. 210-234, 2015.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. "Ain't I a Woman? Revisiting Intersectionality". In: TAYLOR, Edward; GILBORNE, David; LADSON-BILLINGS, Gloria (Eds.). *Foundations of critical race theory in education*. 2.ed. New York: Routledge, 2015. p. 251-259.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARNEIRO, Sueli. "Mulheres em movimento". *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. "The social construction of black feminist thought". In: MALSON, Micheline R. *et al. Black women in America: social science perspectives*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990. p. 297-325.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2.ed. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.

COURTNEY, Nadine Jolie. "Which Sorority Was Actually the First?". *Town&Country*, 18/05/2017. Disponível em <https://www.townandcountrymag.com/society/tradition/a9660538/first-oldest-college-sorority/>. Acesso em 07/09/2017.

CRENSHAW, Kimberlé. "A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero". *Painel 1 – Cruzamento: raça e gênero*, p. 7-16, 2002. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 04/03/2016.

DJOKIK, Aline. "A história da minha negritude". *Blogueiras Negras*, 05/08/2014. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/08/05/a-historia-da-minha-negritude/>. Acesso em 28/07/2017.

DOMINGUES, Petrônio. "Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica". *Mediações*, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2005.

DOMINGUES, Petrônio. "Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos". *Tempo*, n. 23, p. 100-122, 2007.

DURON, Alika. "Por que Beyoncé pode alisar e aloirar e eu não?". *Blogueiras Negras*, 12/08/2016. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/08/12/por-que-beyonce-pode-alisar-e-aloirar-e-eu-nao/>. Acesso em 20/08/2017.

EVARISTO, Conceição. "Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face". In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora*. João Pessoa: Ideia, 2005.

EVARISTO, Conceição. "Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita". In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007. p. 16-21. Disponível em <http://nossaescrivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em 02/09/2017.

FONSECA, Claudia. "Que ética? Que ciência? Que sociedade?". In: FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice (Orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres; Editora da Universidade de Brasília, 2010. p. 39-70.

FOUCAULT, Michel. "Est-ildoncimportant de penser? Entrevista com Didier Eribon". In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. v. IV. Paris: Gallimard, 1994. p. 178-182.

FOUCAULT, Michel. "Escrita de si". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução de Elisa Monteiro e Inés Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 144-162.

FOUCAULT, Michel. "Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade". *Verve*, n. 5, p. 260-277, 2004b.

FOUCAULT, Michel. "A ética do cuidado de si como prática da liberdade". In: FOUCAULT, Michel. *Sexo, poder e indivíduo*. 2.ed. Ilha do Desterro: Nefelibata, 2005. p. 59-94.

FOUCAULT, Michel. "A 'Governamentalidade'". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IV: Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 281-305.

FOUCAULT, Michel. "As técnicas de si". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 264-296.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz & Terra, 2014b.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014c.

GADEA, Carlos A. *Negritude e pós-africanidade: crítica das relações raciais contemporâneas*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

GALLO, Silvio. "Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo". *Cadernos de Pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 48-65, jan./abr. 2012.

GONZALEZ, Léila. "Por um feminismo Afro-Latino-Americano". *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino*, n. 1, p. 12-20, 2011. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/por%20um%20feminismo%20afro-latino-americano.pdf. Acesso em 15/10/2017.

HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOHNSON, E. Patrick. *Appropriating blackness: performance and politics of authenticity*. Durham: Duke University, 2003.

MAIA, Karoline. "A negra entre eles". *Blogueiras Negras*, 27/01/2016. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2016/01/27/a-negra-entre-eles/>. Acesso em 12/08/2017.

MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (Orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: IPEA, 2013.

MARQUES, Neiriele. "Amor e luta: a mulher negra que sempre fui e não sabia". *Blogueiras Negras*, 30/06/2014. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/06/30/amor-e-luta-a-mulher-negra-que-sempre-fui-e-nao-sabia/>. Acesso em 20/08/2017.

MARQUES, Shirlene. "Nasci negra". *Blogueiras Negras*, 19/06/2014. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/06/19/nasci-negra/>. Acesso em 05/09/2017.

McLAREN, Margaret A. *Feminism, Foucault, and embodied subjectivity*. New York: State University of New York Press, 2002.

NEPOMUCENO, Bebel. "Mulheres negras: protagonismo ignorado". In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 382-409.

OLIVEIRA, Eliane. "O que aprendi com meu feminismo tardio". *Blogueiras Negras*, 11/09/2015. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/11/o-que-aprendi-com-meu-feminismo-tardio/>. Acesso em 20/08/2017.

OLIVEIRA, Luma de Lima. "Caminhos de resistência: reconhecer-se negra". *Blogueiras Negras*, 16/04/2014. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/04/16/caminhos-de-resistencia-reconhecer-se-negra/>. Acesso em 05/08/2017.

ONU. 2015-2024 – *Década Internacional de Afrodescendentes*. Disponível em <http://decada-afro-onu.org/>. Acesso em 07/09/2017.

PIRES, Gabriela. "Fragmentos: descobrir-se negra". *Blogueiras Negras*, 14/01/2014. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2014/01/14/fragmentos-descobrir-se-negra/>. Acesso em 10/08/2017.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: EDUNICAMP, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017. (Feminismos Plurais)

ROCHA, Melina de Souza. "Sobre empoderamento e moradia". *Blogueiras Negras*, 09/09/2015. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/2015/09/09/sobre-empoderamento-e-moradia/>. Acesso em 02/08/2017.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2011.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da complexidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TRAVERSINI, Clarice S.; BELLO, Samuel E. L. "O Numerável, o Mensurável e o Auditável: a estatística como tecnologia para governar". *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p. 135-152, maio/ago. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo. "Coisas do governo...". In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura C. "Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica". *ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 147-166, jul./dez. 2010.

Viviane Inês Weschenfelder (vweschenfelder@unisinos.br) é professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e coordenadora da Formação Docente na mesma instituição.

É licenciada em História e mestra e doutora em Educação. Integra o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Pedagogias, Docências e Diferenças (Gipedi/CNP) e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão GEPI/CNPq. Trabalha com as temáticas da Educação das Relações Étnico-Raciais, processos de in/exclusão e formação de professores.

Elí Terezinha Henn Fabris (ethfabris@gmail.com) é professora e pesquisadora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na Linha de Pesquisa Formação de Professores, Currículo e Práticas Pedagógicas. Pós-doutora pela Universidade do Porto (PT), doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Pedagogias, Docências e Diferenças (GIPEDI/CNPq) e participa do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão GEPI/CNPq.

COMO CITAR ESSE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

WESCHENFELDER, Viviane Inês; FABRIS, Elí Terezinha Henn. "Tornar-se mulher negra: escrita de si em um espaço interseccional". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e54025, 2019.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

As autoras Viviane Inês Weschenfelder e Elí T. Henn Fabris trabalharam conjuntamente na construção do artigo, no entanto, a coleta de dados foi realizada pela autora da pesquisa principal, Viviane.

FINANCIAMENTO

Viviane Inês Weschenfelder: Financiamento da Capes – PROEX e PSDE
Elí Terezinha Henn Fabris: Bolsista CNPq – bolsa PQ2

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 19/04/2016, pela Resolução 014/2016.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY Internacional. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 15/11/2017
Reapresentado em 02/11/2018
Aprovado em 04/04/2019

